



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO JEQUITINHONHA E MUCURI
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

LAILA VANESSA SILVA

**POSSIBILIDADES E LIMITES DA INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA COM O
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Uma
revisão bibliográfica**

DIAMANTINA – MG

2023

LAILA VANESSA SILVA

**POSSIBILIDADES E LIMITES DA INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA COM O
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Uma
revisão bibliográfica**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para obtenção do Diploma
de Graduação em Licenciatura em
Pedagogia, à Universidade Federal dos
Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Área de Concentração: Educação

Orientador: Prof. Me. Renan Nunes Aguiar.

DIAMANTINA – MG

2023

LAILA VANESSA SILVA

**POSSIBILIDADES E LIMITES DA INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA COM O
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Uma
revisão bibliográfica**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Me. Renan Nunes Aguiar (Orientador)

Profa. Dra. Lílian Cristina Gomes do Nascimento (Membro Titular 1)

Profa. Esp. Lívia Maria Pimenta Rodrigues Reis (Membro Titular 2)

Diamantina – MG, julho de 2023

AGRADECIMENTOS

É sempre importante demonstrar gratidão e apreciação pelas pessoas que nos ajudam e nos apoiam em momentos importantes de nossa vida.

Queridos Cristóvão, João Davi e Jorge Luis, quero aproveitar esta oportunidade para expressar minha sincera gratidão pelo amor, apoio e compreensão que vocês demonstraram durante todo o processo de elaboração deste trabalho. Sei que não foi fácil para mim, nem para vocês. Mas, mesmo assim, apoiaram e me encorajaram a continuar. Vocês entenderam que era algo importante para mim e nunca me deixaram desistir.

Ao meu irmão Vinicius, minha cunhada Layna e meu sobrinho Arthur que foram a inspiração para escrever sobre o autismo. Arthur, sua história e suas conquistas me inspiram a fazer algo significativo para a vida das pessoas.

Ao orientador, Prof. Me. Renan Nunes Aguiar, saiba o quanto sua orientação e encorajamento significaram para mim durante todo o trabalho. Sua disponibilidade para responder minhas dúvidas e ajudar-me a superar obstáculos foi fundamental para meu aprendizado e crescimento. Obrigado por ser um mentor tão empenhado.

As professoras Simone e Mara Ramalho, pelo conhecimento compartilhado e pelas contribuições que foram essenciais para superar os desafios do curso.

E, por fim, a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, o meu sincero agradecimento.

POSSIBILIDADES E LIMITES DA INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Uma revisão bibliográfica

RESUMO

Este trabalho aborda a temática da inclusão de crianças autistas na educação infantil, com o objetivo de investigar os limites e as possibilidades desse processo. As questões de pesquisa que nortearam o estudo foram: quais são os limites e as possibilidades da inclusão de crianças com autismo na educação infantil? Por que alguns alunos enfrentam dificuldades de adaptação? A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa, utilizando uma ampla variedade de fontes bibliográficas, como livros, artigos, teses, dissertações, relatórios e outras publicações. Essa abordagem permitiu uma análise aprofundada e a compreensão do conceito de autismo, bem como do perfil dos alunos autistas. Por meio da análise das informações coletadas, foram identificados os desafios e as oportunidades relacionados à inclusão de crianças autistas na educação infantil. Destacou-se a importância do trabalho conjunto entre os profissionais da educação, as famílias e a comunidade escolar para o sucesso desse processo inclusivo. O estudo enfatizou a necessidade de superar as barreiras existentes e ressaltou os pontos fortes da inclusão de crianças autistas na educação infantil. Concluiu-se que é fundamental promover um ambiente acolhedor e adaptado às necessidades individuais dos alunos, além de proporcionar suporte e capacitação adequados aos professores e demais profissionais envolvidos. Assim, o trabalho reforça a importância de uma abordagem abrangente e colaborativa para a inclusão de crianças autistas na educação infantil, visando o desenvolvimento pleno desses estudantes e a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Palavras-Chave: Inclusão. Autismo. Educação infantil.

LISTA DE SIGLAS

CDC	Centro de Controle e Prevenção de Doenças
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
MEC	Ministério da Educação
EUA	Estados Unidos da América
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais e outras identidades relacionadas.
TEA	Transtorno do Espectro Autista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
1.1 INCLUSÃO ESCOLAR E SEUS DESAFIOS	11
1.1.1 Conceito de inclusão escolar	11
1.1.2 Desafios da inclusão escolar	14
1.2 INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL	16
1.2.1 Conceito de criança e infância: entendendo o papel e a importância da infância na formação educacional	17
1.2.2 Dados históricos sobre a educação infantil no brasil	19
1.2.3 Base nacional comum curricular: abordando o trabalho com a criança autista e a inclusão educacional	21
1.3 AUTISMO E SUAS CARACTERÍSTICAS	23
1.3.1 Conceito de autismo	23
1.3.2 Aspectos do autismo: características e diagnóstico do espectro	26
2 ESTRUTURA DA PESQUISA E OS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO	28
2.1 PROCESSO DA BUSCA DE DADOS	29
3 AS POSSIBILIDADES E LIMITES DA INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE AS BIBLIOGRAFIAS ESTUDADAS DIZEM?	31
3.1 APRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO ESTUDADO	32
3.2 O QUE OS TRABALHOS DE VARGAS (2014), BANDEIRA (2018), KRAKHECKE (2018) E PEREIRA (2019) APONTAM	33
3.2.1 O conceito de autismo e o perfil comportamental da criança com TEA	33
3.2.2 Inclusão da criança autista na educação infantil	34
3.2.3 Fatores que interferem na adaptação da criança autista no contexto escolar da educação infantil	36
3.2.4 Recursos didáticos e metodologias que podem ser utilizados para a inclusão da criança com tea na educação infantil	37
3.3 REFLEXÕES SOBRE AS POSSIBILIDADES E LIMITES DA INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	41

4	CONCLUSÕES E SUGESTÕES	39
	REFERÊNCIAS	41

INTRODUÇÃO

Os processos inclusivos são aqueles que visam a inclusão de todas as pessoas em todos os âmbitos da sociedade, incluindo a educação. Eles surgiram como uma resposta aos movimentos sociais que lutavam pelos direitos das pessoas de grupos historicamente excluídos, como pessoas com deficiência, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais e outras identidades relacionadas (LGBTQIA+), negros, indígenas e outros (MACHADO; DENARI, 2020).

Na educação, os processos inclusivos contemplam práticas e estratégias instrucionais destinadas a garantir a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades. Essas práticas visam reconhecer a diversidade humana e valorizar a diferença, promover a acessibilidade, adequar atividades e recursos para atender às necessidades específicas dos alunos e promover a colaboração entre professores e outros profissionais da escola, como famílias e comunidade (LOPES, 2022).

A Política Nacional de Educação Especial, criada em 1994, é um documento que norteia as ações do Estado brasileiro na área da educação inclusiva. Ela prevê a inclusão de todas as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em escolas regulares, e determina que a oferta de educação especial seja feita de forma complementar ou suplementar a escolarização regular (MAMEDES *et al.*, 2021).

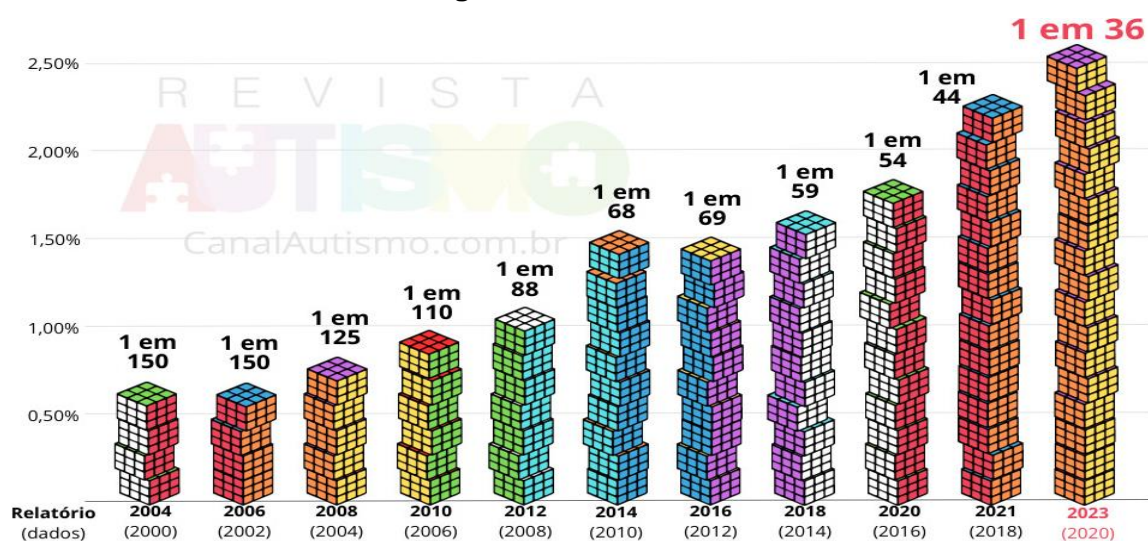
No Brasil, os processos de inclusão também estão legalmente previstos na Constituição de 1988, sendo recomendados no cenário educacional atual, complementando os argumentos expressos na Política Nacional de Educação Especial. Apesar dessa previsão, existe na literatura uma escassez de estudos que abordam os alunos autistas e os profissionais da educação no processo escolar (CAMARGO *et al.*, 2020).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é definido como um distúrbio do desenvolvimento neurológico que afeta a capacidade da criança em se comunicar, interagir socialmente, juntamente com comportamentos repetitivos e interesses restritos. Essas características aparecem na infância e tendem a persistir até a idade adulta. O TEA pode ser diagnosticado em idades precoces e apresentar variações em seu grau de severidade, exigindo diferentes abordagens no processo de intervenção e inclusão escolar (NICOLETTI; HONDA, 2021).

A quantidade de pessoas diagnosticadas com o TEA varia amplamente em diferentes estudos e em diferentes regiões do mundo. Estudos recentes do CDC (sigla em inglês do Centro de Controle e Prevenção de Doenças) destacam a variabilidade na prevalência e nas práticas de identificação do TEA entre as comunidades e relatam uma prevalência geral em crianças de 8 anos de idade com taxa de 1 em cada 44, sendo também mais prevalente nas crianças do sexo masculino, com base em dados referentes a 2018 (MAENNER *et al.*, 2021).

As estimativas de prevalência do TEA entre crianças de 8 anos de idade fornecida pela Rede de Monitoramento de Autismo e Deficiências de Desenvolvimento referente a 2020, mostram que a prevalência do transtorno é maior do que as estimativas anteriores, agora de 1 em cada 36 crianças. O estudo demonstra ainda que esse transtorno é comum em todos os grupos de crianças e destaca a necessidade considerável de triagem, serviços e apoio equitativos e acessíveis para todas as crianças (MAENNER *et al.*, 2023).

Figura 1 – Prevalência de Autismo



Fonte: CDC – Centers for Disease Control and Prevention (2020).

A inclusão de crianças com o TEA na educação infantil é um tema relevante e tem despertado a atenção de educadores e pesquisadores em todo o mundo. Nesse contexto, é fundamental refletir sobre entraves dessa prática, a fim de promover uma educação de qualidade e acessível a todos os alunos. Além disso, embora a legislação brasileira estabeleça o direito de todas as crianças a uma

educação inclusiva, ainda há uma carência de pesquisas que abordem as possibilidades e limitações da inclusão de crianças com TEA.

Pesquisar sobre esse tema é, portanto, crucial, pois a inclusão escolar é um direito legalmente garantido a todas as crianças, inclusive aquelas com TEA. Além disso, é importante discutir as possibilidades e limites da inclusão para identificar as práticas pedagógicas mais adequadas ao desenvolvimento e aprendizagem dessas crianças, garantindo assim sua plena e efetiva participação na escola e na sociedade.

Diante do exposto, o objetivo deste estudo foi refletir sobre as possibilidades e limitações da inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil, exibir o conceito de autismo e expor informações relacionadas às características comportamentais e os possíveis fatores que dificultam a adaptação de alunos com TEA, bem como analisar os recursos didáticos e métodos de ensino que podem ser utilizados na prática pedagógica do professor da Educação Infantil para a inclusão da criança autista.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esse aporte teórico foi estabelecido por autores que analisaram e discutiram questões sobre a inclusão escolar, educação infantil e autismo, apontando os limites e as possibilidades de inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil, bem como as estratégias que os professores podem utilizar para incluir esses indivíduos. O arcabouço também é baseado na legislação existente que trata do processo de inclusão de alunos autistas, entre outros.

A inclusão de crianças com o TEA na Educação Infantil é um tema relevante. Nesse contexto, é fundamental refletir sobre as possibilidades e limites dessa prática, a fim de promover uma educação de qualidade e acessível a todos os alunos. Além disso, a inclusão escolar de crianças com TEA está prevista em lei e, portanto, é importante discutir como essa medida pode ser implementada de forma eficaz e responsável. Portanto, é necessário a realização de estudos que visem as possibilidades e limites da inclusão das crianças com o TEA na educação infantil, a fim de contribuir para a promoção de uma educação mais inclusiva e equitativa para todos.

1.1 INCLUSÃO ESCOLAR E SEUS DESAFIOS

1.1.1 Conceito de inclusão escolar

Os autores Hattge *et al.* (2020) observam que no Brasil, a partir dos anos 2000, a atenção à inclusão escolar emergiu de forma mais robusta, elucidando várias linhas de ação para legitimar a inclusão escolar em todo o país. Segundo os autores:

no Brasil, a preocupação com a inclusão escolar aparece, de forma mais contundente, a partir dos anos 2000, articulando várias frentes de ação para efetivar a inclusão escolar em todo território nacional: proliferação de políticas, formação de gestores e professores, investimentos em espaços específicos, investimentos financeiros em escolas públicas (HATTGE *et al.*, 2020, p. 29)".

Maria Teresa Eglér Mantoan, uma das principais referências sobre o tema da inclusão escolar no Brasil, oferece algumas reflexões e sugestões sobre como promover a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares. Mantoan (2003) defende que a inclusão escolar é um processo que visa garantir a frequência e a participação de todos os alunos nas escolas regulares, independentemente de suas características pessoais, pois a inclusão escolar é um direito de todos os

alunos, garantido por lei, e deve ser efetivada de forma concreta e responsável pelas escolas e pela sociedade como um todo. Além disso, a autora observou que a inclusão traz benefícios tanto para os alunos com deficiência, que têm a oportunidade de conviver e aprender com seus pares sem deficiência, como para os demais alunos, que aprendem a valorizar e respeitar a diversidade humana.

Segundo Mantoan:

a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral (MANTOAN, 2003, p. 16).

Complementando, Cunha (2017) explana que a inclusão escolar é conceituada como um processo que envolve a promoção da acessibilidade física, atitudinal e pedagógica na escola, bem como a adaptação do currículo e das estratégias de ensino para atender às necessidades individuais dos alunos com TEA e outras deficiências.

Uma das principais diferenças entre as ideias dos dois autores é que enquanto Mantoan (2003) aborda a inclusão escolar de forma mais ampla, abrangendo diversas deficiências, Cunha (2017) foca especificamente no TEA e em suas particularidades. No entanto, ambos os autores concordam que a inclusão escolar deve ser um processo que envolve toda a comunidade escolar, incluindo alunos, pais, professores e gestores. Ambos também destacam a importância da adaptação do ambiente escolar e do currículo para atender às necessidades individuais dos alunos com deficiência.

De acordo com as visões de Piccolo (2023), a ideia de educação inclusiva é mal compreendida e mal aplicada, enfatizando que a inclusão acaba por exercer uma pressão desproporcional sobre os estudantes com deficiência, ao invés de reconhecer a responsabilidade das escolas em criar um ambiente que atenda às suas necessidades. Ele defende que devemos abandonar a ideia de educação inclusiva como um modelo único e adotar uma abordagem mais individualizada que leve em consideração as necessidades específicas de cada aluno, para que assim, a inclusão cumpra seu papel. Destarte, é necessário pensar em:

um conceito mais operativo no campo da prática e que dialogue com as novas demandas que atualmente encontramos. O conceito que oferece maior possibilidade, nesse sentido, é sem dúvida o de acessibilidade, pois congrega, para além da mudança dos corpos, a radical e necessária transformação do ambiente de forma atender a todos (PICCOLO, 2023, p. 12).

Em síntese, notamos que a principal diferença entre as ideias de Mantoan (2003) e Piccolo (2023) é que enquanto o primeiro enfatiza a urgência de adequar e rever currículos e métodos para promover a igualdade de oportunidades, o segundo questiona a validade do conceito de inclusão escolar tal como é amplamente utilizado e defende uma abordagem mais crítica e reflexiva sobre o tema. Na visão de Piccolo (2023), a inclusão nas escolas é equivocada e problemática, podendo acabar por agravar a desigualdade ao tentar enquadrar todos os alunos em um mesmo modelo de ensino sem levar em conta sua especificidade e necessidades individuais. Segundo ele, a ideia de inclusão nas escolas se baseia na noção normativa de “normalidade”, que exclui aqueles que não atendem a determinados critérios. Além disso, a inclusão escolar acaba por colocar nas escolas e nos professores o ônus de atender às necessidades de todos os alunos sem levar em conta as diferenças individuais e os recursos necessários para isso.

Mediados por perspectivas de pesquisadores como: Mantoan (2003), Cunha (2017), Hattge *et al.* (2020) e Piccolo (2023) nos revelam algumas tendências e mudanças no conceito de inclusão escolar na última década. Temos a concepção de Mantoan (2003) que defende que a inclusão escolar é um processo pensado para garantir que todos os alunos vivam em uma escola acolhedora, diversa e que promova o respeito às diferenças.

A de Cunha (2017) que destaca a importância da inclusão escolar e social das pessoas com autismo e sugeriu estratégias e práticas educativas que podem ser utilizadas para promover a inclusão desses indivíduos nas escolas e na sociedade, bem como a necessidade da participação da família no processo de inclusão a fim da promoção de uma educação colaborativa entre a família e a escola.

Hattge *et al.* (2020), consideram a inclusão uma oportunidade para os professores desenvolverem habilidades que abordem a diversidade da sala de aula e promovam a aprendizagem para todos os alunos. A ênfase é colocada em ações concretas e práticas pedagógicas que podem ser implementadas nas escolas comuns, buscando tornar a inclusão uma realidade visível no cotidiano escolar.

As ideias de Piccolo (2023) questionam as abordagens tradicionais de inclusão escolar, que muitas vezes colocam o ônus da inclusão bem-sucedida sobre os ombros dos alunos com deficiência, sem considerar o papel do sistema escolar em garantir condições adequadas para sua participação. Além disso, há críticas quanto à falta de apoio e recursos suficientes para professores e escolas lidarem

com a diversidade e necessidades individuais dos alunos, o que pode aumentar a desigualdade em vez de promover a igualdade.

Os pontos acima nos mostram que a inclusão escolar é o processo de acolher todos os alunos independente de sua origem, capacidade, raça e religião. Direito garantido pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que exigem mudanças na cultura escolar e na forma como os professores e funcionários lidam com a diversidade. Concentrando-se em garantir que todos os alunos possam participar plenamente e atingir seus objetivos educacionais. Isso exige que as escolas forneçam recursos e serviços adequados para apoiar os alunos com necessidades especiais, porque não se trata apenas de colocar alunos com necessidades especiais em salas regulares, mas de criar um ambiente que valorize a diversidade e respeite as diferenças individuais (PICCOLO, 2023). Finalmente, a inclusão escolar é um processo contínuo que demanda a cooperação e o comprometimento de todos os membros da comunidade escolar. Ela é um processo que beneficia não apenas alunos com necessidades especiais, mas também outros alunos que aprendem a conviver com a diversidade e desenvolvem valiosas habilidades sociais. É uma questão de justiça social que ajuda a construir uma sociedade mais inclusiva e acessível para todos.

1.1.2 Desafios da inclusão escolar

Segundo Lima e Laplane (2015), enfrentaremos diversos desafios para garantir a efetiva inclusão escolar. Dentre esses desafios, destacam-se: falta de formação adequada dos profissionais da educação; barreiras arquitetônicas e tecnológicas; preconceito e discriminação; falta de recursos e políticas públicas adequadas e a falta de envolvimento da família. Esses são apenas alguns dos desafios que a inclusão escolar enfrenta atualmente.

Ainda há muito a ser feito para garantir que a educação inclusiva funcione em todo o país. Atualmente, o Brasil reconhece a importância da inclusão escolar como direito fundamental de todas as crianças e adolescentes e busca implementar medidas efetivas para tornar as escolas mais inclusivas e acolhedoras. Por exemplo, incluir crianças com TEA na educação formal é um dos desafios da educação inclusiva, que no entendimento de Lima e Laplane (2016) é:

uma das políticas que tem promovido, nas últimas décadas, a escolarização de todos os alunos. Os documentos internacionais e a legislação brasileira têm contribuído para difundir o conceito e normatizar as práticas inclusivas, que envolvem, de um modo geral, o ensino regular, a Educação Especial e as instâncias públicas e privadas (LIMA; LAPLANE, 2016, p. 269).

É importante ressaltar que a inclusão escolar não é uma tarefa fácil e que exige o envolvimento de todos os agentes educacionais para que seja bem-sucedida. Hoje, muitos professores estão despreparados para lidar com a diversidade de alunos em suas salas de aula, o que pode prejudicar a inclusão nas escolas. Sobre esse ponto, Gadotti (2002) aponta que na formação continuada é necessário maior integração entre os espaços (casa e escola), para que os alunos vivam melhor na sociedade do conhecimento. Há a necessidade de investir na formação continuada dos professores para que possam desenvolver estratégias de ensino inclusivo.

Ainda hoje, muitas escolas não estão preparadas para receber alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, seja por falta de rampas, elevadores e banheiros adaptados, seja por falta de recursos tecnológicos para as atividades dos alunos. Diante disso, é compreensível que muitas escolas ainda tenham uma cultura de exclusão que dificulta o ingresso de alunos com deficiência ou outras diferenças sociais. Sendo importante, “promover campanhas de conscientização sobre a importância da diversidade e respeito às diferenças”. A instituição escolar deve ter seus próprios projetos, informação, planejamento de médio e longo prazo, sua própria reorganização curricular, seus próprios parâmetros curriculares, enfim, ser cidadã, conforme preceitos de Gadotti (2002, p. 08).

Campanhas de conscientização sobre a importância da diversidade e respeito às diferenças devem ser promovidas, e a ideia de inclusão nas escolas não se limita às crianças com deficiência física e mental, mas também inclui crianças de diferentes origens culturais e étnicas. Além de criar um ambiente escolar que conte com a colaboração da família, as campanhas de inclusão devem ser uma responsabilidade diária dos órgãos governamentais escolares, mas exigem maior engajamento e mobilização da comunidade e da família (GREGUOL et al., 2013).

Construir parcerias entre esses dois grupos, a escola e a família, é fundamental para criar um ambiente escolar inclusivo e acolhedor. Além disso, a inclusão não é apenas uma questão das escolas, mas também requer a atenção de toda a sociedade (JUNGLES, 2022). As escolas precisam trabalhar com as

autoridades locais para garantir que as crianças tenham oportunidades educacionais equitativas, pois a forma de incluir um aluno com autismo na escola é uma tarefa desafiadora que requer o envolvimento de toda a comunidade escolar, incluindo professores, colegas, profissionais de saúde (psicólogo, fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional) e pais ou responsáveis. O intuito é garantir que os alunos com TEA tenham acesso a uma educação que facilite seu desenvolvimento social e emocional. E isso envolve por parte das escolas a adaptação do currículo e das estruturas escolares para atender às necessidades de todos os alunos (OLIVEIRA, 2020).

Muitas vezes o currículo é estruturado de forma teórica com o objetivo de atingir os objetivos da escola. O que também pode ser um problema se considerarmos o nível de gravidade, ou de necessidade de suporte, que cada indivíduo demanda. Sendo fundamental que os educadores e as instituições escolares trabalhem em conjunto para encontrar soluções adequadas para atender às necessidades de todos os alunos. Assim, o currículo se torna um espaço para debates e reflexões, onde as singularidades individuais podem ser reconhecidas e problematizadas (VIEIRA et al., 2018). Nesta temática reconhecemos que a inclusão escolar não só beneficia os alunos com deficiência, como também contribui para uma sociedade mais justa e igualitária que promove a diversidade e a compreensão mútua, incluindo os portadores de deficiência física, intelectual, emocional ou social, criando um ambiente educacional inclusivo e acolhedor para todos. Mas demanda superar muitos desafios para que isso realmente seja efetivado.

1.2 INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil desempenha um papel fundamental na formação educacional, sendo a etapa inicial da educação básica. Durante esse período, as bases para o desenvolvimento pessoal, social e cognitivo da criança são estabelecidas. É nessa fase que se torna imprescindível promover a inclusão, assegurando o direito de todas as crianças a uma educação de qualidade, independentemente de suas características pessoais e condições sociais.

No contexto educacional brasileiro, a integração escolar na educação infantil se torna cada vez mais relevante e urgente, como já mencionado. Neste tópico, são

apresentados conceitos e informações históricas que auxiliam na compreensão da inclusão. Além disso, são discutidas normas para o desenvolvimento do currículo escolar e recomendações pedagógicas específicas para a educação infantil.

1.2.1 Conceito de criança e infância: entendendo o papel e a importância da infância na formação educacional.

A concepção de infância na dimensão histórica tem variado ao longo do tempo e de acordo com as diferentes sociedades. Durante muitos anos, as crianças eram consideradas pequenos adultos em potencial, e eram tratadas como tal. No entanto, havia algumas diferenças importantes na maneira como as crianças eram tratadas em comparação com os adultos. Segundo Guimarães:

até os séculos XI e XII, a criança era vista como um ser sem importância, e a duração da infância era reduzida a seu período mais frágil e, a partir de uma idade mínima, a partir do momento em que poderia realizar algumas tarefas sozinhas, seria o momento da sua inclusão no mundo dos adultos, partilhando seus trabalhos e jogos. Antigamente a ideia de infância estava ligada à ideia de dependência, e só se saía da infância após conseguir certa independência para os pequenos fazeres (GUIMARÃES, 2015, p.11)

De acordo com o historiador francês Philippe Ariès (1978), a infância na Idade Média era marcada pela ausência de uma consciência clara e distinta da infância como uma fase específica da vida. Ariès (1978) argumenta que, na Idade Média, a infância era vista como uma fase transitória, um período de transição entre a infância e a vida adulta. As crianças eram consideradas pequenos adultos, mas não tinham um lugar distinto na sociedade, nem eram vistas como tendo necessidades ou interesses diferentes dos adultos. As crianças eram, portanto, submetidas às mesmas expectativas, regras e deveres que os adultos.

Além disso, a família medieval era uma instituição muito diferente da família moderna, com a relação entre pais e filhos sendo menos sentimental e mais utilitária. De acordo com relatos de Ariès (1978), a falta de afeto dos ingleses se refletia, especialmente, em sua atitude para com as crianças, quando trancava-os em casa até os sete ou nove anos, e logo após, tanto meninos quanto meninas, eram mantidos em casas alheias, onde faziam o trabalho árduo e ficavam até cerca dos 14 aos 18 anos, sendo chamados de aprendizes. Na época as crianças eram vistas como investimentos futuros e eram valorizadas principalmente por sua capacidade de contribuir para a família e para a sociedade. A educação delas era

garantida pela aprendizagem junto aos adultos, pois depois dos primeiros cinco ou sete anos, a criança se misturava perfeitamente com o adulto, trazendo a impressão de uma efêmera infância.

A mudança na concepção da infância na Europa ocorreu no final da Idade Média e no início da Era Moderna, com a emergência da ideia de que as crianças eram seres diferentes dos adultos. A partir do século XV, a realidade e o sentimento das famílias mudaram, e a educação passou a ser cada vez mais ministrada pelas escolas. As escolas já não eram reservadas ao clero, mas tornaram-se veículos normais de iniciação social, da passagem da infância para a idade adulta. No final do século XVII e ao longo do século XVIII tornou-se claro que as crianças precisavam de ser protegidas, educadas e cuidadas de formas específicas, sendo a infância encarada como um período da vida mais distinto e separado da idade adulta. Os filhos passam a ser vistos como investimentos no futuro, não apenas como futuros trabalhadores ou familiares. A família moderna se isola do mundo, e a energia do grupo é gasta na criação dos filhos (ARIÈS, 1978).

A infância no século XX passou por grandes mudanças em todo o mundo, com ações humanitárias, muitas políticas internacionais para proteger crianças, jovens e promover oportunidades educacionais visando garantir sua proteção e inclusão e atender aos padrões da UNESCO. Com o estabelecimento de políticas públicas de educação, a ampliação da frequência escolar das crianças permitiu que mais crianças frequentassem a escola. Além disso, houve grandes mudanças na estrutura familiar no Brasil, com a diminuição do tamanho das famílias e mais mulheres entrando no mercado de trabalho. A infância começa a ser vista como uma fase que vale a pena, e não apenas uma preparação para a vida adulta. Demonstrando um crescente interesse em promover o desenvolvimento saudável das crianças, protegendo seus direitos e valorizando sua voz e participação na sociedade (SIMONETTI, 2017).

No final do século XX e início do século XXI, as tecnologias digitais passaram a ter um papel importante na vida das crianças. As crianças de hoje crescem em um ambiente cada vez mais conectado, com acesso a smartphones, tablets, computadores e outras ferramentas digitais. A infância é vista como um período distinto e importante na vida, com direitos específicos e proteções legais, pois existem diversas leis que garantem os direitos das crianças, no Brasil e em outros países.

No contexto brasileiro, podemos destacar algumas das principais leis relacionadas aos direitos das crianças, a saber: a Constituição Federal de 1988 que confere proteção integral à criança, assegurando-lhe os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura e demais direitos fundamentais; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que regulamenta os direitos das crianças e dos adolescentes, com ênfase na proteção integral, assegurando-lhes direitos como saúde, educação, lazer, dignidade, respeito, convivência familiar e comunitária; e, a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB) que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, destacando a importância da educação infantil, estabelecendo-a como primeira etapa da educação básica, que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, devendo ser ofertada em creches e pré-escolas. Essas são algumas das principais leis que protegem os direitos das crianças no Brasil. Mas, há também outras leis que tratam de temas específicos, como o trabalho infantil, a exploração sexual, a adoção, entre outros (BRASIL, 1988,1990, 1996).

Em resumo, o conceito de infância e criança mudou significativamente nos últimos 50 anos. Anteriormente, a infância era vista como um período de preparação para a vida adulta, durante o qual a criança deveria aprender habilidades práticas e comportamentos adequados para ser um ser humano útil e prestativo, sendo membros produtivos da sociedade. No entanto, ao longo do tempo, aumentou o interesse na infância, por percebê-la como um momento único e essencial do desenvolvimento. Sendo vista como um período separado e distinto da vida adulta, no qual as crianças têm suas próprias necessidades, desejos, direitos, descoberta, aprendizado, brincadeira e formação de valores e crenças em vez de simplesmente precisarem ser moldadas para a vida adulta.

1.2.2 Dados históricos sobre a educação infantil no Brasil

A Educação Infantil no Brasil teve início com a criação das primeiras instituições de ensino para crianças, os jardins de infância. Em 1946, a Constituição Federal garantiu o direito à educação para todas as crianças brasileiras e a educação infantil no Brasil expandiu-se, significativamente, durante as décadas de 1970 e 1980, com a criação de várias creches e pré-escolas públicas e privadas,

com ênfase na assistência social, segundo Bach e Peranzoni (2014). Até 1960, quando as mulheres de classe média entraram no mercado de trabalho e continuaram por décadas, era comum as crianças começarem a estudar a partir da primeira série do ensino fundamental. Somente em 1988, com a promulgação de uma nova constituição, a educação infantil foi regulamentada. Hoje, as crianças ingressam nas instituições infantis cada vez mais cedo, por volta dos 03 meses de idade, momento em que ainda são muito dependentes de um adulto responsável para suas necessidades (OLIVEIRA, 2018).

A partir da década de 1990, o Brasil deu grandes passos na oferta de educação infantil com o aumento do número de creches e pré-escolas municipais e a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA-Lei nº 8.069/1990), criado para garantir os direitos e as necessidades dessa faixa, assim como a criação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDBEN) de 1996, que é o marco inicial em que a educação infantil foi considerada a primeira etapa da educação básica, determinando sua oferta em creches e pré-escolas, para crianças de zero a cinco anos de idade (BRASIL, 1990, 1996).

A Lei nº 12.796 de 2013 altera a Lei nº 9.394 de 1996, para estabelecer diretrizes e normas para a formação de profissionais da educação e dá outras providências. Entre elas, a formação profissional na educação básica, que exige ensino superior para trabalhar em sala de aula e a matrícula obrigatória para crianças de 4 anos, visando assegurar o desenvolvimento integrado das crianças desta idade (WEBER, 2022).

A educação infantil no passado evitava preocupações pedagógicas e apenas ajudava as crianças enquanto os pais estavam trabalhando. Sem currículo ou planejamento pedagógico, apenas requisitos de higiene, alimentação e segurança. No entanto, ao longo dos anos descobriu-se que, de fato, esta fase da infância é muito importante porque é nesta fase que a criança constrói sua identidade e outros aspectos que são cruciais para o seu desenvolvimento. Hoje, a educação infantil é vista como o alicerce sobre o qual se constroem as demais etapas do ensino, “atendendo bebês (de zero a 1 ano e 6 meses), crianças bem pequenas (de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e pequenas (de 4 anos a 5 anos e 11 meses)”, segundo Weber (2022, p. 35).

A Educação infantil é uma fase em que as experiências positivas ou negativas serão levadas para a vida das crianças. Essa é a etapa introdutória, obrigatória para crianças de 4 e 5 anos, e fundamental para que a criança se familiarize com o ambiente escolar, visto que, os indivíduos passam em média 13 anos de suas vidas na escola, se considerarmos a obrigatoriedade da educação básica que se inicia a partir dos 4 anos e vai até os 17 anos, de acordo com a Emenda Constitucional nº 59/2009. Mas para que o ensino e aprendizagem sejam efetivos, a escola precisa ser um espaço desafiador e interessante para a aprendizagem da criança, em que o ambiente seja organizado de forma acolhedora, rico para as interações, a fim de que a criança possa manifestar seus sentimentos, construir vínculos, segurança e confiança, e a partir disso, iniciar o processo de construção de seu conhecimento (GUIMARÃES, 2015). Por fim, o acesso à educação infantil de qualidade com bons profissionais, ambientes e materiais apropriados é fundamental para construção da aprendizagem que todos os alunos têm direito de adquirir até o fim desse longo processo educativo.

1.2.3 Base Nacional Comum Curricular: abordando o trabalho com a criança autista e a inclusão educacional.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que estabelece as aprendizagens essenciais que devem ser garantidas a todos os estudantes brasileiros. No que diz respeito à educação infantil, a BNCC enfatiza alguns pontos importantes, como: o cuidado e a educação que devem caminhar juntos; a importância de promover o desenvolvimento integral das crianças e a valorização das brincadeiras e das interações. Além de promover a socialização das crianças e o respeito à diversidade, o currículo deve ser organizado de forma a estimular o desenvolvimento das competências e habilidades cognitivas, socioemocionais e motoras (BNCC, 2018).

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) as competências socioemocionais são contempladas como aquela relacionada ao desenvolvimento social e emocional das crianças e conforme Marin, Silva et al. (2017, p. 99) “pode ser entendida como resultado da soma entre desempenho socioemocional e todas as habilidades intrínsecas a ele para agir de forma funcional e adaptada a

determinada cultura e contexto". A partir da afirmação, podemos dizer que a experiência é construída na interação e no como lidamos com nossas emoções. A citação de Marin, Silva et al. (2017) reforça a compreensão de que as competências socioemocionais são resultado da interação e da capacidade de lidar com as emoções, considerando a adaptação ao contexto cultural. O que para Oliveira é:

assim aproximada da noção de ação conjunta, da relação Eu / Outro, em que os sentidos são construídos sempre em resposta a uma alteridade. Mas tal noção vai além disso e abrange o social. Assim, a atividade em parceria na realização de atividades culturais concretas constitui uma condição necessária para a formação das funções psíquicas caracteristicamente humanas (OLIVEIRA, 2011, p. 22).

Assim, a interação faz parte da construção de saberes dos indivíduos, dando-os a oportunidade de construir as experiências necessárias para sua evolução. Ainda fora da escola, a criança inicia seu processo de aprendizagem desde muito cedo. No ambiente escolar infantil há as primeiras interações externas, a troca, todo o processo de socialização externo, relações e práticas cotidianas diferentes daqueles habituais ao seio familiar que a criança está acostumada.

Na educação infantil às crianças são acolhidas e mediadas a construir conhecimentos, vivências e as habilidades trazidas de seu contexto cultural e da família. As interações e brincadeiras são, exatamente, os eixos estruturantes previstos nas diretrizes curriculares da educação infantil. Mas, como trabalhar os campos de experiências: "Eu, o Outro e Nós", "Corpo, Gestos e Movimentos", "Traços, Sons, Cores e Formas", "Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação", "Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações" da BNCC (2018) com a criança autista?

Esse questionamento faz-se necessário pela carência de estratégias pedagógicas adequadas que afetam o processo de aprendizagem das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) (CABRAL & MARIN, 2017). A falta de abordagens educacionais adaptadas e individualizadas para atender às necessidades específicas dessas crianças pode limitar seu desenvolvimento acadêmico e social.

A BNCC (2018) propõe no campo de experiência "Eu, o Outro e Nós" a promoção do desenvolvimento da identidade e da autonomia, o respeito à diversidade e o fortalecimento das relações sociais. Esse campo busca oportunizar vivências que favoreçam o reconhecimento e a valorização das características individuais, o acolhimento das diferenças e o estabelecimento de relações saudáveis

e respeitosas com os outros. No 2º campo de experiência, a Base Nacional Comum Curricular almeja que a criança desenvolva a consciência corporal, o domínio dos movimentos e a expressividade por meio de atividades lúdicas, jogos e brincadeiras. Para isso, é importante que a escola e o professor adaptem as atividades para atender às necessidades e habilidades individuais da criança autista, oferecendo recursos visuais, apoio sensorial e outras estratégias que facilitem sua participação e aprendizagem.

O 3º campo de experiência se concentra no desenvolvimento das habilidades artísticas e estéticas, explorando diferentes formas de expressão, como desenho, pintura, música, dança, teatro, entre outras. Crianças autistas podem ser estimuladas a participar das atividades propostas nesse campo de experiência, com adaptações que levem em consideração suas características individuais, preferências e necessidades. Por exemplo, pode ser oferecido um ambiente sensorialmente agradável para a criança, com materiais adequados ao seu perfil sensorial, e atividades que estimulem sua criatividade e expressão artística de maneira livre e não estruturada (BNCC, 2018).

Com relação ao 4º campo de experiência "Escuta, fala, pensamento e imaginação". Percebe-se que embora as crianças com TEA possam apresentar dificuldades na comunicação e interação social, elas também podem ter habilidades e interesses específicos na linguagem, como por exemplo, aprender a falar de forma muito formal ou desenvolver habilidades avançadas de leitura e escrita. O 5º campo de experiência está relacionado ao desenvolvimento de habilidades matemáticas, compreensão de noções de tempo e espaço, entre outras habilidades relacionadas a quantidades e medidas. Por exemplo, podem ser utilizadas atividades visuais e concretas para ajudar na compreensão de conceitos abstratos, como o uso de objetos manipuláveis para trabalhar com medidas e quantidades. Além disso, é importante que a linguagem utilizada seja clara e objetiva, evitando termos muito complexos ou figuras de linguagem que possam confundir a criança autista (BNCC, 2018).

Como vimos, a ênfase da BNCC na educação infantil está centrada no trabalho de valorização os saberes e experiências dos alunos, mas quando se trata de alunos com autismo, há necessidade de reflexão e compreensão de como as escolas estão preparadas para lidar com alunos que muitas vezes não conseguem expressar o que sentem ou as experiências trazidas do seu contexto familiar. Nesse

contexto, também precisamos refletir como as creches podem potencializar a aprendizagem e o desenvolvimento de crianças com autismo, e o ponto de partida é entender as limitações e possibilidades do processo de inclusão do aluno autista.

1.3 AUTISMO E SUAS CARACTERÍSTICAS

1.3.1 Conceito de autismo

Os primeiros pesquisadores a conceituar o Autismo foram o psiquiatra suíço Eugen Bleuler e o psiquiatra austríaco Leo Kanner. Bleuler usou o termo "autismo" em seu livro "Dementia Praecox ou o Grupo das Esquizofrenias" publicado em 1911. Marfinat e Abrão (2014), enfatizam que o termo foi usado pela primeira vez para descrever pacientes que não respondiam adequadamente ao ambiente. Por muito tempo, o autismo foi considerado uma forma de esquizofrenia infantil, enfocando em sintomas comportamentais, como perda de contato com a realidade e domínio relativo ou absoluto da vida interior, sendo uma consequência direta da cisão da psique (ALMEIDA, 1974). No entanto, com o tempo, essa noção foi refutada.

Na década de 1940, o psiquiatra austríaco Leo Kanner começou a usar o vocábulo autismo para descrever o distúrbio infantil no qual as crianças parecem distantes e retraídas, com comportamentos repetitivos e interesses limitados que ele denominou como "*distúrbios autísticos do contato afetivo*" (KLIN, 2006). Anos depois, Kanner descreve a condição como uma síndrome que chamou de "autismo infantil precoce" e observa que parece suceder em famílias com histórico de doença mental (BARBOSA, 2014).

Logo depois, o psiquiatra austríaco Hans Asperger relata um distúrbio semelhante, mas com sintomas mais sutis e função cognitiva preservada. Ele chama a condição de "psicopatia autística", observando que as crianças afetadas têm dificuldade em entender as nuances sociais (MARFINAT; ABRÃO, 2014).

Entre os anos de 1950 e 1970, foi sugerido que o autismo era causado por pais frios e distantes, gerando culpa e vergonha para muitas famílias. Em 1960 o autismo era considerado um "transtorno emocional causado pela falta de afeto de pais e mães, mais especificamente das mães, o que gerou o termo "mãe geladeira" (FERREIRA; BEZERRA, 2016).

Na década de 1980, os pesquisadores começaram a entender o autismo como parte dos transtornos globais do desenvolvimento sendo ele retirado da categoria de psicose. Desde então, o termo "transtorno" tornou-se o termo mais comumente usado para descrever a condição nos manuais Diagnósticos e Estatísticos de Transtornos Mentais (BAPTISTA; BOSA, 2002 apud FERREIRA; BEZERRA, 2016).

Em 1990, o foco estava nas causas biológicas do autismo, com pesquisas mostrando a importância da genética em sua origem. A conscientização pública sobre o autismo e a compreensão de suas necessidades aumentou desde 2000. Em 2007, as Organizações das Nações Unidas estabeleceram o dia da Conscientização do Autismo, comemorado anualmente em 2 de abril, para ampliar a conscientização e ajudar a integrar as pessoas com TEA na sociedade e fomentar esforços para melhorar a qualidade de vida delas.

No Brasil, a quantidade de estudos epidemiológicos que apontam a prevalência do Transtorno do Espectro Autista (TEA) na população brasileira é limitada. Em 2007, um estudo realizado em São Paulo estimou uma prevalência de 0,88% de casos de TEA em 1470 crianças do município de Atibaia (SP) (Ribeiro, 2007). Além disso, dados do Ministério da Saúde, provenientes do programa Agência Saúde em 2014, indicaram que a prevalência de TEA corresponde a 27,2 casos para cada 10.000 habitantes de 5 a 18 anos de idade no Brasil (Moreira & Brum, 2021). Essas milhões de pessoas apresentam uma condição neurobiológica que afeta a forma como uma pessoa se comunica, se comporta e interage com o mundo ao seu redor, levando-os a apresentar dificuldade em desenvolver e formar relacionamentos sociais, falta de interesse pelos colegas ou fazer amizades (FLORENTINO, 2020).

Para Barros e Fonte (2016), eles podem exibir estereotípias, interesses ou atividades austeras e recorrentes, que devem:

reproduzir um padrão fixo de atividade, movimento ou vocalização; possuir características morfológicas semelhantes; obedecer a uma cadência de movimento, ritmo e sons; ser realizadas com ou sem objetos; ter uma constância; permanecer, sem pausas, num tempo próprio fora do domínio exterior e, aparentemente, não ter um objetivo determinado ou responder a algum estímulo do meio (BARROS E FONTE, 2016, p.748).

Esse transtorno engloba diferentes graus de comprometimento em diferentes áreas. Algumas pessoas com autismo podem apresentar uma alta habilidade em áreas específicas, enquanto outras podem ter limitações significativas

em tarefas simples do dia a dia, entre elas a insistência nas mesmas coisas, adesão inflexível à rotina ou padrões ritualizados de comportamento verbal ou não-verbal, fixação e alta intensidade ou restrição a interesses com hiporreatividade ou insensibilidade a estímulos sensoriais (FLORENTINO, 2020).

Em síntese, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) já teve muitas denominações. Antes chamado de “autismo infantil precoce”, “autismo de Kanner”, “autismo de alto funcionamento”, “autismo atípico”, “autismo infantil”, “transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação”, “transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger” (DSM-5, 2014). O autismo afeta pessoas de todas as origens étnicas, culturais e socioeconômicas e é mais comum em meninos do que em meninas (MAENNER *et al.*, 2021).

1.3.2 Aspectos do Autismo: características e diagnóstico do espectro.

Atualmente, o Autismo é classificado como Transtorno do Espectro Autista (TEA), de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) e a Classificação Internacional de Doenças (CID-11). A presença desse distúrbio, pode causar sofrimento para o indivíduo, pois afeta a sua comunicação, interação social e seu comportamento.

O autismo é caracterizado por déficits persistentes na comunicabilidade e relacionamento social, com o indivíduo apresentando condutas limitadas e insistentes. Os sintomas comumente aparecem nos primeiros anos de vida e afetam seriamente as atividades diárias da pessoa. O TEA é geralmente descrito como uma condição que se manifesta de modo diferente em cada indivíduo, com gravidade e intensidade variadas, mas com comprometimento significativo em áreas do campo social e da comunicação. As pessoas com autismo podem ter dificuldade em começar e manter conversas, compreender o significado das palavras, expressões faciais, tom de voz, gestos e dificuldade em expor seus pensamentos e sentimentos. A apresentação desse transtorno no indivíduo, portanto, afeta suas interações sociais, dificultando fazer amigos, compartilhar interesses e emoções com outras pessoas, além de fazer coisas triviais como observar pessoas ou responder quando chamado (DSM-5, 2014).

A origem exata do autismo é desconhecida, mas acredita-se que seja o resultado de uma combinação de fatores genéticos e ambientais. Pesquisas mostram que várias alterações genéticas contribuem para o desenvolvimento do autismo, mas nem sempre sua causa é hereditária. Há também evidências de que fatores ambientais, como a exposição a toxinas, podem exercer um papel significativo na sua patogênese (POSAR; VISCONTI, 2017).

Não existe na medicina ainda uma forma de prevenir o TEA, mas acredita-se que medidas podem ser tomadas para reduzir o risco de problemas de desenvolvimento e melhorar a saúde geral dos indivíduos durante a gestação e nos primeiros anos de vida. Tais medidas envolvem o pré-natal adequado; evitar a exposição a toxinas ambientais, como pesticidas, mercúrio e chumbo, entre outros; e garantir uma nutrição adequada durante a gravidez e os primeiros anos da criança. Sendo necessário que os profissionais de saúde e os pais fiquem atentos aos sinais apresentados no desenvolvimento e procurem assistência especializada o mais rápido possível, pois conforme Almeda e Albuquerque (2017, p. 08), “existem informações genéticas e comportamentais dos pais que podem ser um indicador de maior probabilidade da existência do transtorno em determinado indivíduo”.

O autismo geralmente é diagnosticado por conduta de avaliação clínica, incluindo observação do comportamento, histórico médico e entrevistas com pais e cuidadores. No que diz respeito ao diagnóstico do TEA, documentos como as Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (2014) e a Lei 12.764 de 2012, enfatizam a necessidade de esclarecer que:

o uso de escalas e instrumentos de triagem padronizados ajuda a identificar problemas específicos, sendo muito importante para o rastreamento e a triagem de casos suspeitos, mas não é essencial para a avaliação nosológica. A partir da identificação dos sinais de alerta, podem ser iniciadas a intervenção e a monitoração dos sinais e sintomas ao longo do tempo (BRASIL, 2014, p.36).

Em conformidade com os documentos mencionados acima, o TEA pode ser classificado em níveis de gravidade com base no grau de suporte que a pessoa necessita, variando de "nível 1" (que requer suporte mínimo) a "nível 3" (que requer muito suporte). O diagnóstico exige uma avaliação clínica completa por parte de profissionais de saúde mental com experiência em transtornos do neurodesenvolvimento. A identificação prematura do TEA é imprescindível para

permitir que os pacientes recebam o tratamento e o suporte de que precisam para ampliar habilidades e enfrentar os desafios do transtorno (FILGUEIRA, et al., 2023).

Os sinais de alerta para o TEA podem aparecer por volta de 3 meses, quando uma criança com desenvolvimento normal começa o processo de interação social, passando a acompanhar e a buscar o olhar de seu cuidador, já a criança com TEA pode não fazer isso ou fazer com frequência menor. Esses sinais podem ser identificados nos campos da interação social, linguagem, brincadeiras e alimentação, podendo ser verificados até por volta de 24 a 36 meses (BRASIL, 2014, p.17).

O autista, na maioria dos casos, pode precisar de apoio e cuidados intensivos para viver de forma independente. No momento não há cura conhecida para o Autismo, mas as pessoas com TEA podem levar uma vida normal e produtiva com o tratamento e o suporte adequado. A intervenção, geralmente, é individualizada e pode ajudar a melhorar os sintomas e aperfeiçoar as habilidades sociais do paciente. Podendo envolver uma combinação de abordagens terapêuticas, incluindo intervenções comportamentais, terapias da linguagem, terapias ocupacionais que ajudam a desenvolver habilidades motoras finas e grossas, aprimorando a comunicação e a interação social, bem como medicamentos que podem ser prescritos para ajudar a tratar sintomas específicos, como ansiedade, hiperatividade ou dificuldades de sono (COSTA, 2021).

2 ESTRUTURA DA PESQUISA E OS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO

A partir da curiosidade despertada no período de estágio na educação infantil, surge a necessidade de investigar os limites e as possibilidades da inclusão de crianças com autismo na educação infantil, bem como compreender por que alguns alunos enfrentam dificuldades de adaptação. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma análise de obras de autores que discutiram e analisaram as questões relacionadas à adaptação e aprendizagem de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA).

A metodologia adotada consistiu, inicialmente, em uma pesquisa bibliográfica no Repositório Digital da Universidade Federal de Santa Maria, com o intuito de explorar a literatura disponível sobre a inclusão de crianças com TEA na educação infantil. O objetivo era identificar perspectivas convergentes e divergentes

dos autores, buscando obter as informações necessárias para a conclusão deste trabalho.

Nesta seção, são apresentados os instrumentos e procedimentos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. Foi conduzida uma pesquisa qualitativa sobre o tema da educação inclusiva, com o objetivo de investigar as possibilidades e limitações da inclusão de crianças com autismo na educação infantil, além de compreender e descrever o conceito de autismo, o perfil dos alunos autistas e as limitações do processo inclusivo.

A revisão bibliográfica desempenhou um papel crucial na compreensão e descrição dos dados obtidos neste estudo, que visa responder às seguintes questões: quais são as limitações e possibilidades da inclusão de crianças com autismo na educação infantil? Por que alguns alunos enfrentam dificuldades de adaptação?

Essa revisão permitiu analisar e sintetizar o conhecimento existente na literatura sobre o tema, explorando pesquisas anteriores, teorias, práticas e experiências relatadas. Ao examinar os estudos e informações disponíveis, foi possível obter percepções e informações relevantes para compreender as barreiras enfrentadas pelos alunos com autismo na educação infantil, bem como as estratégias e abordagens eficazes para promover sua inclusão e adaptação bem-sucedidas.

Para responder a essas questões e alcançar os objetivos gerais e específicos da pesquisa, foram adotados critérios de seleção dos trabalhos, os quais serão descritos a seguir.

Quadro 1 - Critérios para a seleção dos trabalhos

critérios para a seleção dos trabalhos	
Problema de pesquisa	Quais são os limites e as possibilidades da inclusão da criança autista na educação infantil? Por que alguns alunos apresentam dificuldade de adaptação?
Banco de dados bibliográficos	- "MANANCIAL- Repositório Digital da Universidade Federal de Santa Maria" (link de acesso a plataforma: https://repositorio.ufsm.br/).
Tipos de documentos	Trabalho de Conclusão de Curso, Dissertação de Mestrado, Artigo científico e Monografia.
Período de publicação	2010 a 2023
Palavras-chave	Inclusão. Educação infantil. Autismo.
Idioma	português

Fonte: Próprio autor.

O processo da busca de dados estabelecendo esses critérios serão apresentados no tópico abaixo.

2.1 PROCESSO DA BUSCA DE DADOS

Durante o processo de pesquisa, foram selecionados trabalhos completos e publicados em língua portuguesa, que eram pertinentes aos objetivos e questões da pesquisa. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa no repositório digital da Universidade Federal de Santa Maria, que é uma instituição de referência nos estudos sobre inclusão da pessoa com deficiência. A pesquisa buscou obras publicadas no período de 2010 a 2023, para obter trabalhos atualizados.

Para isso, utilizou-se o campo de busca do referido repositório digital e aplicou-se um processo de filtragem para refinar os resultados, de acordo com os diretórios estabelecidos pelas palavras-chave mencionadas no quadro 1.

Na primeira busca de dados no repositório digital da Universidade Federal de Santa Maria, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: autismo, inclusão, educação infantil, adaptação, prática, recursos didáticos e metodologia. No entanto, nenhum resultado foi obtido. Portanto, os filtros foram redefinidos para refinar a busca.

Na segunda tentativa, os seguintes descritores foram utilizados: inclusão, educação infantil e autismo, nessa ordem, o que resultou em quatro resultados. Os títulos de cada trabalho foram lidos, selecionando-se os quatro títulos para uma leitura criteriosa do resumo. Para essa seleção, foram escolhidos os títulos que abordam a inclusão de alunos com autismo na educação infantil.

Os critérios de inclusão e exclusão para a seleção dos quatro títulos foram baseados na temática da inclusão de alunos com autismo na educação infantil. Os títulos selecionados deveriam abordar essa temática de maneira explícita, indicando que o resumo provavelmente apresentará informações relevantes sobre o assunto.

Portanto, os critérios de inclusão foram os seguintes:

1. título deve mencionar a inclusão de alunos com autismo na educação infantil.
2. título deve estar relacionado à área de educação e/ou psicologia.
3. título deve sugerir que o trabalho apresenta alguma contribuição ou discussão relevante sobre o tema.

Já os critérios de exclusão foram os seguintes:

1. título não menciona a inclusão de alunos com autismo na educação infantil.
2. título está fora da área de educação e/ou psicologia.
3. título não sugere que o trabalho apresenta alguma contribuição ou discussão relevante sobre o tema.

O próximo passo foi ler os resumos dos quatro trabalhos, com o objetivo de selecionar aqueles que abordassem aspectos relacionados aos objetivos da pesquisa, que envolvem os limites e as possibilidades da inclusão da criança com autismo na educação infantil, bem como as dificuldades de adaptação de alguns alunos. Após uma leitura minuciosa dos trabalhos, os seguintes títulos foram selecionados para compor a amostra do estudo.

Quadro 2 - Títulos e autores para compor a amostra do estudo.

TIPO DE TRABALHO	AUTORES	ANO	TÍTULO
Dissertação de Mestrado	Vargas; R. M.	2014	“Envolvimento parental no contexto da educação infantil e séries iniciais de alunos com autismo”
Trabalho de Conclusão de Curso	Bandeira, T. B. L.	2018	“Autismo e Educação Infantil: algumas tessituras a partir de pareceres pedagógicos”
Artigo científico	Krakhecke, M. T. G.	2018	“Inclusão de crianças com autismo na educação infantil: desafios para a gestão escolar”
Monografia	Pereira, E. B.	2019	“A gestão das práticas pedagógicas e a articulação do brincar nos tempos e espaços da escola de educação infantil: um olhar sobre o autismo”

Fonte: Próprio autor.

3 AS POSSIBILIDADES E LIMITES DA INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O que as bibliografias estudadas dizem?

Este capítulo tem como objetivo apresentar a análise dos conteúdos selecionados para o estudo. Os resultados da análise dos dados disponíveis são de extrema importância, pois auxilia o pesquisador a adquirir o conhecimento necessário sobre o assunto investigado, a responder às perguntas de pesquisa e a alcançar os objetivos específicos estabelecidos. Esses objetivos são os seguintes:

1. Definir e caracterizar o Transtorno do Espectro Autista (TEA), buscando compreender suas principais características e peculiaridades.
2. Traçar o perfil comportamental da criança autista, identificando as particularidades de seu comportamento e suas necessidades específicas.
3. Identificar os fatores que interferem na adaptação da criança autista no contexto escolar da educação infantil, compreendendo os desafios e as dificuldades enfrentadas por essas crianças nesse ambiente.
4. Investigar os recursos didáticos e as metodologias utilizadas na prática pedagógica do professor para promover a inclusão da criança autista, analisando as estratégias e abordagens adotadas para melhor atender às necessidades desses alunos.

Ao realizar essa análise, foi possível obter percepções valiosas que contribuíram para a compreensão dos limites e das possibilidades da inclusão da criança com autismo na educação infantil, bem como para responder às questões levantadas pela pesquisa.

3. 1 APRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO ESTUDADO.

Essa seção é de suma importância para a identificação dos trabalhos estudados, pois apresenta informações essenciais sobre cada um deles. A seguir, serão destacados os seguintes elementos: título, tipo de pesquisa, sujeitos participantes e os instrumentos utilizados para a coleta de dados.

O título de cada trabalho fornece uma breve descrição do tema abordado, permitindo ao leitor ter uma noção inicial sobre o conteúdo a ser explorado. O tipo de pesquisa indica a abordagem metodológica adotada, fornecendo percepções sobre a forma como os dados foram coletados e analisados. Os sujeitos participantes referem-se aos indivíduos envolvidos na pesquisa, como crianças autistas, professores, gestores escolares, entre outros. Por fim, os instrumentos utilizados para a coleta de dados são as ferramentas ou estratégias específicas empregadas pelos pesquisadores para obter informações relevantes.

Esses elementos superficiais são fundamentais, pois fornecem uma visão geral dos trabalhos estudados, permitindo ao pesquisador e aos leitores terem uma compreensão inicial dos estudos selecionados. Essas informações servem como

ponto de partida para uma análise mais aprofundada e crítica dos conteúdos abordados em cada um dos trabalhos.

Quadro 3 - Tipo de pesquisa, sujeitos pesquisados e instrumento de coleta de dados.

AUTOR(ES)	Vargas, Rosanita Moschini.
TÍTULO	"Envolvimento parental no contexto da educação infantil e séries iniciais de alunos com autismo".
TIPO DE PESQUISA	Qualitativa
SUJEITOS PESQUISADOS	Pais de crianças com TEA.
INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	Entrevistas semiestruturada
AUTOR(ES)	Krakhecke, Margarete Teresinha Gebauer
TÍTULO	"Inclusão de crianças com autismo na educação infantil: desafios para a gestão escolar"
TIPO DE PESQUISA	Qualitativa
SUJEITOS PESQUISADOS	Não foram especificados no título do artigo, mas pode-se inferir que sejam gestores escolares, já que o foco da pesquisa é a gestão escolar na inclusão de crianças com autismo na educação infantil.
INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	Entrevista semiestruturada.
AUTOR(ES)	Bandeira, Tatiene Beatriz Leal
TÍTULO	"Autismo e Educação Infantil: algumas tessituras a partir de pareceres pedagógicos"
TIPO DE PESQUISA	Qualitativa
SUJEITOS PESQUISADOS	Não houve a participação de sujeitos pesquisados
INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	Análise documental das orientações e recomendações presentes em pareceres pedagógicos relacionados ao atendimento de crianças com autismo na Educação Infantil.
AUTOR(ES)	Pereira, Eliane Bianchin
TÍTULO	"A gestão das práticas pedagógicas e a articulação do brincar nos tempos e espaços da escola de educação infantil: um olhar sobre o autismo".
TIPO DE PESQUISA	Qualitativa
SUJEITOS PESQUISADOS	Professores e crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) de uma escola de educação infantil
INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	Observação participante e a entrevista semiestruturada

Fonte: Próprio autor.

Os trabalhos selecionados compartilham a temática do autismo na educação infantil, direcionados para a investigação dos desafios, práticas pedagógicas, gestão escolar e envolvimento parental na inclusão de crianças com autismo na escola. Todos os estudos evidenciam uma preocupação com a inclusão dessas crianças e

têm como objetivo contribuir para o aprimoramento do atendimento educacional oferecido a elas. Além disso, os trabalhos estão inseridos na área da Educação e adotam uma abordagem qualitativa, envolvendo pais, crianças com autismo, gestores e professores como sujeitos de pesquisa. A coleta de dados foi realizada por meio de análise documental, observação participante e entrevista semiestruturada, sendo esses os instrumentos utilizados pelos autores para obter informações relevantes.

3.2 O QUE OS TRABALHOS DE VARGAS (2014), BANDEIRA (2018), KRAKHECKE (2018) E PEREIRA (2019) APONTAM

3.2.1 O conceito de autismo e o perfil comportamental da criança com TEA.

Todos os trabalhos enfatizam a necessidade fundamental de compreender as necessidades e características individuais de cada criança autista, visando a uma inclusão efetiva e bem-sucedida. Além disso, ressaltam a importância do envolvimento dos pais e de uma gestão escolar comprometida com a valorização da diversidade e a promoção da inclusão. Em resumo, cada trabalho aborda de forma específica o perfil comportamental das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil:

Vargas (2014) destaca a importância do envolvimento parental no contexto da educação infantil, incluindo a compreensão do perfil comportamental da criança com TEA, que pode apresentar dificuldades na comunicação, na interação social e no comportamento. Ela enfatiza a necessidade de uma parceria entre família e escola para garantir que a criança receba o suporte necessário para o seu desenvolvimento.

Bandeira (2018), em seu trabalho, discute a importância da análise dos pareceres pedagógicos na compreensão do perfil comportamental da criança com TEA, ressaltando que essas crianças podem apresentar comportamentos inadequados e dificuldades de comunicação. Ela destaca a importância de uma abordagem individualizada, que considere as necessidades específicas de cada criança, e aponta a importância da formação dos profissionais da educação para garantir uma educação inclusiva e de qualidade.

No trabalho de Krakhecke (2018), são abordados os desafios para a gestão escolar em relação à inclusão de crianças autistas, destacando que elas podem apresentar comportamentos desafiadores e dificuldades de comunicação e interação social. Ela aborda o autismo como uma condição neurobiológica e apresenta alguns dos principais sintomas e características dos indivíduos com TEA. Ela também discute as diferentes abordagens terapêuticas e educacionais utilizadas para a inclusão dessas crianças na educação infantil, enfatizando os desafios enfrentados pela gestão escolar.

Pereira (2019), destaca a importância da articulação do brincar na gestão das práticas pedagógicas para atender às necessidades das crianças com TEA, que podem apresentar comportamentos repetitivos, dificuldades de comunicação e interação social. Ela destaca a importância da gestão escolar na criação de espaços e tempos que favoreçam o brincar livre e criativo, que pode ser uma ferramenta importante para o desenvolvimento das habilidades sociais e comunicativas das crianças com TEA.

3.2.2 Inclusão da criança autista na educação infantil.

Cada trabalho aborda a inclusão da criança autista na educação infantil por meio de diferentes perspectivas, porém, há pontos em comum entre eles. Todos os estudos ressaltam a relevância da participação ativa da família e da escola no processo de inclusão, bem como a necessidade de adaptação das práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas dos alunos com autismo. Também destacam a importância da formação continuada dos professores e da gestão escolar para a implementação de práticas inclusivas. Além disso, os trabalhos apontam desafios e dificuldades enfrentados durante o processo de inclusão, como a escassez de recursos e a falta de preparo dos profissionais envolvidos.

Quadro 4 - Os resultados apresentados por cada trabalho estudado.

TÍTULO	Autismo e Educação Infantil: algumas tessituras a partir de pareceres pedagógicos
RESULTADOS	Bandeira (2018), analisou a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil, a partir dos pareceres pedagógicos emitidos por professores e gestores escolares de escolas públicas de Florianópolis, SC. Os resultados indicaram que é difícil para professores e gerentes de escolas entenderem e atender às necessidades específicas das crianças com Transtorno do Espectro Autista, mas a

	cooperação entre escolas, famílias e profissionais de saúde é fundamental para o sucesso da inclusão.
TÍTULO	Envolvimento parental no contexto da educação infantil e séries iniciais de alunos com autismo.
RESULTADOS	Vargas (2014), analisou o envolvimento dos pais no processo educacional de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil e Séries Iniciais de uma cidade no interior do Rio Grande do Sul. Os resultados indicaram que o envolvimento dos pais no processo educacional é fundamental para o sucesso da inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil e Séries Iniciais. Os pais relataram a importância de serem ouvidos e reconhecidos como parceiros no processo educacional, bem como a necessidade de receberem informações claras e objetivas sobre a educação de seus filhos. Além disso, os pais destacaram a importância da parceria entre escola e família para o sucesso da inclusão.
TÍTULO	A gestão das práticas pedagógicas e a articulação do brincar nos tempos e espaços da escola de educação infantil: um olhar sobre o autismo
RESULTADOS	Pereira (2019), buscou compreender como a gestão escolar pode promover a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar destacando a importância da articulação do brincar na gestão das práticas pedagógicas para atender às necessidades das crianças. A análise dos dados coletados permitiu identificar as principais estratégias utilizadas pela gestão escolar para promover a inclusão de crianças com TEA, como a capacitação da equipe docente, a adaptação do ambiente escolar, a criação de espaços de acolhimento e a articulação do brincar no contexto escolar. Além disso, a pesquisa revelou que a inclusão escolar de crianças com TEA requer uma gestão escolar participativa e comprometida com a promoção da inclusão.
TÍTULO	Inclusão de crianças com autismo na educação infantil: desafios para a gestão escolar
RESULTADOS	Krakhecke (2018), aborda a necessidade de promover a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas de Educação Infantil e discute os desafios enfrentados pela gestão escolar para fornecer um ambiente acolhedor que seja propício ao desenvolvimento das habilidades da criança autista. A autora destaca a importância da formação dos profissionais envolvidos no processo de inclusão e da colaboração com as famílias para o sucesso da ação. Os resultados de seu trabalho apontam para a importância do planejamento de ações que tenham como objetivo a inclusão e a valorização das crianças com TEA dentro do ambiente escolar, enfatizando a necessidade de se desenvolver políticas públicas que garantam o direito à educação inclusiva, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidade e o desenvolvimento pleno de todas as crianças.

Fonte: Próprio autor.

3.2.3 Fatores que interferem na adaptação da criança autista no contexto escolar da educação infantil

O estudo de Vargas (2014), Bandeira (2018), Krakhecke (2018) e Pereira (2019) apontam diferentes fatores que interferem na adaptação da criança autista no

contexto escolar da educação infantil. Algumas das principais questões apontadas por esses autores são:

- A falta de preparo dos profissionais da escola para lidar com as particularidades do autismo e a ausência de políticas públicas efetivas para a inclusão escolar (KRAKHECKE, 2018).
- A necessidade de um trabalho em equipe envolvendo família, escola e profissionais de saúde, visando uma atuação conjunta e integrada (VARGAS, 2014).
- A importância do planejamento e da flexibilização das práticas pedagógicas para atender as necessidades específicas da criança autista (BANDEIRA, 2018).
- A necessidade de criar um ambiente escolar acolhedor e inclusivo, que valorize as potencialidades da criança com autismo, respeite suas diferenças e estimule sua participação ativa nas atividades escolares (PEREIRA, 2019).

Esses exemplos apresentados nos trabalhos são apenas algumas das questões levantadas, cada um trazendo uma perspectiva única sobre os desafios enfrentados pela criança autista e sua família na adaptação ao contexto escolar da educação infantil. Essa compreensão é fundamental para delinear os limites e as possibilidades da inclusão da criança com TEA.

Para promover uma inclusão efetiva, é essencial que os professores e demais profissionais da escola estejam sensibilizados e preparados para atender às necessidades específicas de cada criança autista. Isso implica em criar um ambiente escolar inclusivo e acolhedor, que valorize a diversidade e respeite as diferenças individuais.

Infelizmente, é comum que crianças com autismo sejam alvo de bullying na escola, devido às diferenças em seu comportamento e comunicação, o que as torna mais vulneráveis a brincadeiras cruéis, rejeição e isolamento social. Na educação infantil, onde as crianças estão em processo de desenvolvimento socioemocional, é de extrema importância que os professores estejam atentos e preparados para identificar situações de bullying e agir rapidamente para impedir que o aluno autista sofra danos adicionais.

Assim, a conscientização, a formação contínua dos profissionais e a promoção de um ambiente inclusivo são fundamentais para garantir a segurança, o bem-estar e o desenvolvimento pleno das crianças com autismo na educação infantil.

3.2.4 Recursos didáticos e metodologias que podem ser utilizados para a inclusão da criança com TEA na educação infantil.

As contribuições de Vargas, Bandeira, Krakhecke e Pereira fornecem uma base sólida para os professores explorarem recursos didáticos e metodologias eficazes no processo de inclusão da criança com TEA na educação infantil, garantindo uma educação mais inclusiva, equitativa e significativa para todos os alunos. Alguns exemplos estão apresentados no quadro 5, vejamos:

Quadro 05 - Recursos didáticos e metodologias que podem ser utilizados.

VARGAS (2014)	METODOLOGIA	RECURSOS DIDÁTICOS
	A abordagem interdisciplinar e colaborativa, envolvendo profissionais de diferentes áreas, como psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, além dos professores.	uso de recursos visuais, atividades lúdicas e a criação de um ambiente tranquilo e acolhedor
BANDEIRA (2018)	METODOLOGIA	RECURSOS DIDÁTICOS
	Uma avaliação criteriosa para identificar as potencialidades e dificuldades do aluno autista	Recursos lúdicos, como jogos e brincadeiras, para estimular o desenvolvimento da criança.
KRAKHECKE (2018)	METODOLOGIA	RECURSOS DIDÁTICOS
	Planejamento pedagógico individualizado	Materiais concretos e recursos visuais, como cartazes, fotos e desenhos, para facilitar a comunicação e o entendimento do aluno.
PEREIRA (2019)	METODOLOGIA	RECURSOS DIDÁTICOS
	A prática pedagógica deve ser adaptada de acordo com as necessidades e características individuais de cada criança autista. estabelecendo uma rotina clara e previsível para o aluno, para facilitar sua adaptação ao ambiente escolar.	Materiais concretos, recursos visuais e atividades que estimulem a interação social e a comunicação.

Fonte: Próprio autor.

Ao enfatizarem recursos didáticos e metodologias adequadas, esses estudos fornecem sugestões valiosas para os educadores, como o uso de materiais visuais, estratégias de comunicação alternativa, jogos interativos, atividades sensoriais e adaptações no ambiente físico da sala de aula. Essas abordagens

visam promover o engajamento, a interação e o desenvolvimento das habilidades socioemocionais e cognitivas da criança autista.

De modo geral, podemos evidenciar a importância do planejamento pedagógico individualizado, planos que levem em consideração as necessidades específicas do aluno com TEA. Optar pelo uso de materiais concretos e recursos visuais, como cartazes, fotos e desenhos para facilitar a comunicação e a compreensão dos alunos. Utilizar recursos lúdicos, como jogos e brincadeiras, para estimular o desenvolvimento da criança. Buscar a parceria com os pais, convidando-os a participar do processo de inclusão e desenvolvimento dos alunos, bem com profissionais especializados, como psicólogos e terapeutas ocupacionais que possam ajudar a identificar as potencialidades e dificuldades do aluno autista.

3.3 REFLEXÕES SOBRE AS POSSIBILIDADES E LIMITES DA INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A inclusão de crianças com autismo na educação infantil apresenta desafios significativos para os profissionais da educação e para as escolas, como evidenciado pelos trabalhos mencionados. A infraestrutura e os recursos disponíveis muitas vezes são limitados para atender às necessidades específicas dessas crianças, exigindo uma preparação adequada dos professores e da equipe escolar para lidar com a diversidade e as particularidades de cada criança autista.

No entanto, os autores também ressaltam que a inclusão traz consigo diversas possibilidades para o desenvolvimento dessas crianças, fomentando a interação social, a autonomia e a aprendizagem. É essencial adotar uma visão abrangente e acolhedora em relação à diversidade, valorizando as diferenças e potencialidades individuais.

É importante destacar que a inclusão não deve ser encarada como uma solução única e homogênea, pois cada criança com autismo possui necessidades e características individuais. É necessário adotar uma abordagem individualizada e adaptada a cada criança, levando em consideração suas particularidades e necessidades específicas. Além disso, uma avaliação constante do processo de inclusão é fundamental para garantir que ele seja efetivo e adequado para cada criança.

Em resumo, a inclusão de crianças com autismo na educação infantil demanda uma abordagem sensível, flexível e personalizada, com recursos e apoios adequados, além do envolvimento ativo de todos os atores envolvidos, como professores, equipe escolar, familiares e profissionais de saúde. Somente assim poderemos proporcionar uma educação inclusiva e de qualidade, que promova o pleno desenvolvimento e bem-estar de todas as crianças, independentemente de suas características individuais.

4 CONCLUSÕES E SUGESTÕES

De acordo com o estudo realizado, é evidente que a inclusão da criança autista na educação infantil apresenta desafios para os profissionais da educação, famílias e comunidade. No entanto, a participação de todos os envolvidos é fundamental para o sucesso desse processo inclusivo.

Observa-se que a utilização de recursos didáticos e metodologias específicas desempenha um papel crucial na adaptação do aluno autista. É necessário considerar aspectos como a adaptação do ambiente escolar, a comunicação visual, a organização do tempo (rotina da criança) e o uso de atividades lúdicas e sensoriais para atender às necessidades individuais da criança autista.

Quando não são aplicadas as metodologias e recursos adequados, o processo de adaptação se torna mais desafiador para os profissionais da educação, família e para o aluno com TEA, dificultando sua inclusão plena. Fica evidente, portanto, a necessidade de políticas públicas direcionadas à formação continuada dos professores e equipe escolar, a fim de capacitá-los para lidar com as particularidades do TEA e oferecer um atendimento inclusivo e de qualidade às crianças autistas.

Embora as crianças com TEA possam enfrentar dificuldades na socialização e compartilhamento de brinquedos, jogos e interesses com seus colegas de classe, estratégias instrucionais podem ser desenvolvidas para facilitar a interação social e promover a participação ativa na vida escolar. A promoção de atividades cooperativas, como projetos em grupo, jogos colaborativos e rodas de conversa, pode estimular a cooperação entre os alunos.

Além disso, é fundamental que os professores e demais profissionais da escola compreendam as necessidades específicas de cada criança e criem um ambiente que valorize a diversidade e respeite as diferenças individuais.

Por fim, as dificuldades encontradas na inclusão do aluno autista vão além da socialização e estão relacionadas ao acolhimento insatisfatório, à falta de recursos didáticos adequados às necessidades individuais dos alunos com TEA, à falta de preparo dos professores para lidar com a diversidade, à gestão inadequada da proposta de educação inclusiva, bem como à relação entre a família e a comunidade escolar. No caso específico do aluno autista, é fundamental incentivar o reconhecimento de suas habilidades e potencialidades, e criar uma cultura de respeito e valorização das diferenças, visando uma educação inclusiva e democrática no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

- ALMEDA, C. M.; ALBUQUERQUE, K. Autismo: Importância da Detecção e Intervenção Precoces. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. v. 02, n. 01, p. 488-502, 2017.
- ALMEIDA, L. M. Ilustrações para textos de Bleuler. **Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada**, v. 26, n. 4, p. 45-69, 1974.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. 196 p.
- APA. Associação Americana de Psiquiatria. **DSM-5: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BACH, E. L.; PERANZONI, V. C. A história da Educação Infantil no Brasil: fatos e uma realidade. **Revista Digital Buenos Aires**, v. 1, n. 192, p. 1-20, 2014.
- BANDEIRA, T. B. L. **Autismo e Educação Infantil: algumas tessituras a partir de pareceres pedagógicos**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2018.
- BARBOSA, P. M. R. Autismo. **Revista Educação Pública**, v.1, n. 1, p. 1-3, 2014.
- BARROS, I. B. R.; FONTE, R. F. L. Estereotípias motoras e linguagem: aspectos multimodais da negação no autismo. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 16, p. 745-763, 2016.
- BRASIL. **Emenda constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de novembro de 2009, Seção 1, p. 8. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 23 jun. 2023.
- BRASIL. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_atencao_reabilitacao_pessoa_autismo.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 6a Edição atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 1996.
- Brasil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/1996.
- BRASIL. **Lei nº. 12.764**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 23 jun. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular. Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)**. Brasília.

CABRAL, C. S.; MARIN, A. H. Inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, n. 2, p. 301-320, 2017.

CAMARGO, S. P. H.; SILVA, G. L. D.; CRESPO, R. O.; OLIVEIRA, C. R. D.; MAGALHÃES, S. L. Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. **Educação Em Revista**, v. 36, n. 1, p. e214220, 2020.

FERREIRA, K.; BEZERRA, G. F. A inclusão escolar de uma aluna com autismo: reflexões sobre um estudo de caso. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 5, n. 2, p. 166-183, 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/45385>. Acesso em: 1 maio. 2023.

FILGUEIRA, L. M. A.; BRILHANTE, A. V. M.; SÁ, A. R.; COLARES, M. S. F. Desenvolvimento de estratégia de pesquisa participativa envolvendo pessoas autistas com diferentes níveis de suporte. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 5, p. 1501-1512, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023285.15282022>. Acesso em: 1 maio. 2023.

BELISÁRIO FILHO, J. F.; CUNHA, P. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar. **Transtornos globais do desenvolvimento**, v. 29, n. 1, p. 1-43, 2010.

FLORENTINO, E. M. L. O papel dos pais no desenvolvimento de crianças no tea. **Anais Educon 2020**, v. 14, n. 11, p. 1-11, 2020.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. São Paulo: Editora Instituto Paulo Freire, 2002.

GREGUOL, M.; GOBBI, E.; CARRARO, A. Formação de professores para a educação especial: uma discussão sobre os modelos brasileiro e italiano. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 19, p. 307-324, 2013.

GUIMARÃES, J. M. C. **Fundamentos da educação infantil**. Editora Unimontes, Montes Claros, 2015.

HATTGE, A. L.; SANTOS, S. C.; COSTA, S. **Inclusão Escolar: Um Itinerário de Formação Docente**. 4ª ed. Editora Vozes, 2020.

JUNGLES, L. A. S. **Parceria família-escola: benefícios desafios e proposta de ação** – Brasília : Ministério da Educação (MEC), 2022. 105 p.

KLIN, A. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 28, p. s3-s11, 2006.

KRAKHECKE, M. T. G. **Inclusão de crianças com autismo na educação infantil: desafios para a gestão escolar**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

LIMA, S. M.; LAPLANE, A. L. F. Escolarização de alunos com autismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, p. 269-284, 2016.

- LOPES, C. M. **Práticas pedagógicas para alunos com Transtorno do Espectro Autista: processos inclusivos no contexto escolar**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.
- MACHADO, E. V.; DENARI, F. E. Fenomenologia: um caminho para compreensão de processos inclusivos. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 15, n. esp.1, p. 900–915, 2020.
- MAENNER, M. J.; SHAW, K. A.; BAKIAN, A. V. Prevalência e Características do Transtorno do Espectro Autista Entre crianças de 8 anos—Rede de Monitoramento de Autismo e Deficiências, 11 Locais, Estados Unidos, 2018. **MMWR Surveill Summ**, v. 70, p. 1-16, 2021.
- MAMEDES, N. O. L.; COSTA, S. P.; COSTA, E. P.; OLIVEIRA, E. A.; MAMEDES, J. D. Uma breve trajetória na política nacional da Educação Especial em sua perspectiva da educação inclusiva. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 14, 2021.
- MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, 2003.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.
- MARFINATI, A. C.; ABRAO, J. L. F. Um percurso pela psiquiatria infantil: dos antecedentes históricos à origem do conceito de autismo. **Estilos da clínica**, v. 19, n. 2, p. 244-262, 2014.
- MARIN, A. H.; SILVA, C. T. D.; ANDRADE, E. I. D.; BERNARDES, J.; FAVA, D. C. Competência socioemocional: conceitos e instrumentos associados. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 13, n. 2, p. 92-103, 2017.
- MOREIRA, E. R.; BRUM, A. P. S. Reflexões Sobre Manifestações Digestórias E Intervenção Dietética Dos Portadores De Tea: Uma Revisão Literária. **Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Videira**, v. 6, p. E29365-E29365, 2021.
- NICOLETTI, M. A.; HONDA, F. R. Transtorno do Espectro Autista: uma abordagem sobre as políticas públicas e o acesso à sociedade. **Infarma-Ciências Farmacêuticas**, v. 33, n. 2, p. 117-130, 2021.
- OLIVEIRA, F. L. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 34, 2020.
- OLIVEIRA, M. F. **Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas em administração**. Catalão-GO, 2011.
- OLIVEIRA, S. C. M. **O processo de adaptação das crianças na educação infantil: os desafios das famílias e dos educadores da infância**. 2018. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2018.
- PEREIRA, E. B. **A gestão das práticas pedagógicas e a articulação do brincar nos tempos e espaços da escola de educação infantil: um olhar sobre o autismo**. Monografia (Especialização em Educação Infantil) - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2019.
- PICCOLO, G. M. Por Que Devemos Abandonar A Ideia De Educação Inclusiva. **Educação & Sociedade**, v. 44, p. e260386, 2023.

POSAR, A.; VISCONTI, P. Autism in 2016: the need for answers. **Jornal de pediatria**, v. 93, p. 111-119, 2017.

RIBEIRO, S. H. B. **Prevalência dos transtornos invasivos do desenvolvimento no município de Atibaia: um estudo piloto**. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.

SIMONETTI, G. A. P. **infância no século xx: história e educação**. VIII CIH. 3164 - 3170 Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3888. Acesso em: 11 de abril de 2023.

VARGAS, R. M. **Envolvimento parental no contexto da educação infantil e séries iniciais de alunos com autismo**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

VIEIRA, A. B.; RAMOS, I. O.; SIMÕES, R. D. Inclusão de alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento: atravessamentos nos currículos escolares. **Educação e Pesquisa**, v. 44, 2018.

WEBER, K. **Base Nacional Comum Curricular: impactos na organização curricular de uma unidade federal de educação infantil**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.